



TRABALHO INFANTIL EM DEBATE: HISTORICIDADE, PARTICULARIDADES E ERRADICAÇÃO

Ismael Francisco de Souza¹
Leo Vitor Mendonça²

Resumo

Neste escrito, busca-se trazer à tona o estudo do trabalho infantil, e suas implicações. Como ponto de partida dá-se a construção histórica, buscando demonstrar as contradições e particularidades que o trabalho infantil representou, e o que vem a refletir no presente. Por conseguinte, abordar-se-á o trabalho infantil e suas causas, consequências, e os mitos que o permeiam finalizando o debate os caminhos para erradicar o trabalho infantil, mostrando os sintomas da crise estrutural do capital e sua influência direta. O método de procedimento foi o monográfico e o de abordagem, o histórico-sociológico, utilizando-se, para tanto, da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Trabalho infantil; infância; historicidade.

Abstract

In this paper, we seek to bring to the fore the study of child labor, and its implications. As a starting point, the historical construction is built, trying to demonstrate the contradictions and particularities that child labor represented, and what is reflected in the present. Consequently, child labor and its causes, consequences and the myths that permeate it will be dealt with, ending the debate on ways to eradicate child labor, showing the symptoms of the structural crisis of capital and its direct influence. The

¹ Doutor em Direito-UNISC; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGSS/UFSC), Bacharel em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Professor do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Direito e da graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Líder do Grupo de Pesquisa em Direito da Criança e Políticas Públicas. Email: ismael@unesc.net

² Acadêmico do curso de Direito da UNESC. Integrante do Grupo de Pesquisa em Direito da Criança e Políticas Públicas e do Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito. Email: leovitormendonca@gmail.com



method of procedure was the monographic and the approach, the historical-sociological, using, therefore, the bibliographic research.

Keywords: Child labor; childhood; historicity.

1. Notas introdutórias:

Desde que o ser social vem se desenvolvendo ele cria formas de relacionamento, e teleologias para melhorar o modo de reprodução da vida. O trabalho é uma teleologia primária, sendo necessária para a reprodução. Entretanto, deve haver um limite para tal desenvolvimento, onde possamos ter uma melhor reprodução do ser social. O trabalho infantil na contramão do desenvolvimento, retarda o desenvolvimento do ser social. Pois se trata de um sujeito em formação, buscando se aperfeiçoar e crescer como ser humano. O Para Dimenstein (2004), ao representar ser criança e adolescente no Brasil descreve que:

A criança é o elo mais fraco e exposto da cadeia social. Se um país é uma árvore, a criança é um fruto. E está em progresso social e econômico como a semente para plantação. Nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na educação, o que significa investir na infância. E isto por um motivo bem simples: ninguém planta nada se não tiver uma semente. E árvores doentes não dão bons frutos. A viagem pelo conhecimento da infância é a viagem pelas profundezas de uma nação. DIMENSTEIN, 2004, p.11)

Por essas, e outras justificativas, o trabalho infantil se desenvolve em um caráter contraditório, baseando-se em mitos e fatos que não convém com a realidade. Essa realidade, convém com a lógica do capital, em absorvera até o último recurso dos seres humanos, em visão de acumular, enriquecer e aumentar seu capital.

Urge então a necessidade de se estudar o tema, aperfeiçoar-se e buscar combate-lo na sua raiz. Bem sabemos que uma forma de exploração das crianças se deu em todas a sociedades vigentes até hoje. Entretendo com a sociedade do capital ele toma sua proporção de exploração para satisfazer os lucros dos capitalistas, quem não tem piedade, na idade, sexo, e o mal que representa sua exploração.

2. O trabalho infantil: páginas da história.

No Brasil, o trabalho infantil é um mal que se desenvolve muito antes da invasão Portuguesa de 1500. Para tanto, se coloca este marco, para o estudo do



tema, pois com os portugueses e uma nova cultura forçada há aqueles que aqui viviam, veio também, a cultura de exploração europeia do trabalho em especial a de crianças e adolescentes.

Segundo Priore (2000), diante da pauperização das famílias portuguesas uma das práticas recorrentes era vender seus filhos em troca de soldos (moeda de troca na época) para as embarcações que iam em direção a Índia, e ao Brasil. Como se fazia necessidade de levar o escravo em melhores condições para que fosse vendido no país de destino, as crianças eram forçadas a fazer o trabalho mais pesado nas embarcações. As crianças representavam uma mão de obra muito barata, ágil, e vinha a consumir poucos alimentos, o que fazia sua alta procura por venda. Tal prática tinha uma reação negativa levando a 70% dessas crianças vindo a falecer durante a viagem, que durava 70 dias em média. Por isso, vem a se estabelecer o marco da exploração Europeia do trabalho infantil no Brasil, pelo fato de os portugueses moldarem a realidade dos que aqui viviam. O que não se representava tal prática nas aldeias indígenas no Brasil.

Assim, com o objetivo de disseminar os valores europeus em solo brasileiros, os jesuítas chegam ao país com intuito de educar as crianças, que eram vistas como “cera virgem”, ou “páginas em branco”, prontas para serem moldadas. O catolicismo junto ao modo de vida cristão era o grande objetivo da experiência educacional dos jesuítas. O grande fato novo também trazido nesta nova cultura, era o da punição corporal contra as crianças, como forma de “disciplina. (PRIORE, 2000)

Já no século XVI de iniciativa católica, começa a surgir as primeiras ações de caráter assistencial no Brasil. A partir das Santas Casas de misericórdia surge a primeira alternativa assistencial com grande abrangência: a roda dos expostos. Iniciada ainda no período colonial, seus serviços são prestados até as primeiras décadas da república. A origem de sua expressão *Roda dos Expostos*, está atrelada ao procedimento que as crianças eram acolhidas: na parede das instituições instalava-se um receptáculo circular, junto de uma almofada, que permitia o depósito de uma criança. Girava-se o cilindro e a criança era entregue a instituição, que acionava uma sineta para avisar que uma nova criança chegou.

Com a chegada de uma nova criança, com idade até três anos, a rodeira geralmente encaminhava a criança para uma ama de leite, que estimulava a manutenção e a guarda da criança até os 7 anos, quando a partir daí estava



autorizada a exploração do trabalho da criança de forma remunerada ou em troca de casa ou comida. (PIORE, 2000)

No século XIX consolida-se a ideia que a infância e adolescência contemplam as idades da vida. O termo criança, adolescente, menino, aparecem nos dicionários da década de 1830. Neste período para as crianças da elite já havia também um tratamento diferenciado, e dando privilegio de acesso à educação. Com as meninas valorizava-se os atributos manuais, e para os meninos intelectuais. A inserção das crianças precocemente no mercado de trabalho era estabelecida sem muitos questionamentos sobre o prejuízo a seu desenvolvimento. A frequente mortalidade de crianças era naturalizada.

O interesse pela criança escravizada estava principalmente no seu valor econômico, que se determinava pelas habilidades desenvolvidas nas tarefas domésticas: lavar, passar, servir e outras. Assim, dos 4 aos 11 anos ela teria de forma gradual o tempo ocupado pelo trabalho. Aprendia um ofício, e ao mesmo aprendia a ser escravo. A reprodução da escravidão passava por um controle desde a infância, ou seja, o escravo adulto vinha de uma criança que foi escravizada.

A ideologia do trabalho como elemento fundamental no Brasil, associou-se no período de transição do trabalho escravocrata para o livre. O que equivale a afirmar que, o fim do trabalho escravo, e o fim do sistema escravagista, foi transformado em trabalho livre. A transição de trabalho escravo para trabalho livre não significou a abolição da exploração de crianças no trabalho, mas sim, se considerou a troca de um sistema por outro considerado mais “legítimo” e “adequado”.

A primeira experiência de industrialização no Brasil ainda no século XIX, junto da suposta abolição da escravatura, conduziu contingente significativo de crianças as fábricas, sob o discurso de que o trabalho da criança ajuda na família. A ideologia do trabalho moralizador, necessário para subsistência, e que supostamente manteria as crianças longe da criminalidade, tinha também como base um novo código penal (o primeiro da República) que criminalizava a “vadiagem”, assim valorizando a ideologia do trabalho.



As condições de trabalho nas quais submeteram as crianças era desumana: jornada de trabalho muito além do necessário até para um adulto, somada a convivência em locais insalubres e perigosos. Soma-se ainda o fato que estas crianças substituíram os escravos por um baixíssimo custo de mão de obra. A infância em meio a esse surto industrial, até se tornou “visível”, todavia, longe do ambiente domiciliar, e sim, nas fábricas.

3. Trabalho infantil, mitos, causas e consequências.

O trabalho infantil, todavia, se desenvolve com algumas especificidades. Somando-se uma gama de fatores faz se agravar ou não o trabalho infantil, que vale ressaltar que é aquele realizado abaixo da idade mínima exigida. No Brasil, um país de economia dependente e de um capitalismo não desenvolvido, fatores políticos tem sua contribuição para o agravo social como o trabalho infantil. (CUSTODIO, 2006)

O trabalho infantil no campo por exemplo, geralmente se desenvolve no seio familiar para ajudar na manutenção familiar. Geralmente se desenvolvendo em famílias pobres e com uma grande quantidade de filhos para suprir o mínimo a sobrevivência. No trabalho infantil doméstico por exemplo, se verifica uma “feminização” do trabalho infantil. Aonde se manifesta uma maior quantidade de meninas que o realizam.

Limitar-se-á o estudo do trabalho infantil nestes dois temas em específico, para se tratar de seus mitos, causas e consequências, apontando as especificidades, e delimitações deste complexo tema.

3.1 Os mitos que permeiam a seara do trabalho infantil.

Um dos mitos “clássicos” por detrás do trabalho infantil, junta a ociosidade e a marginalização, de que quanto mais cedo a criança se insere no mundo do trabalho, menor a possibilidade de se marginalizar. Pois se a criança “nada está fazendo”, deve se ocupar com algum tipo de trabalho, com justificativa de ajudar em casa, começar a juntar experiência profissional para o futuro etc. Vem junto a relação do trabalho infantil e criminalidade, reforçando o mito de que “é melhor trabalhar do que



usar drogas”. Simplifica-se aí uma questão de saúde pública e a questão de que o trabalho inibi o acesso as drogas. Entretanto, se houvesse qualquer garantia que o trabalho infantil ajuda ao desenvolvimento, as crianças e adolescente provenientes de famílias com classe social maior seriam trabalhadores também, o que não ocorre. E muito menos a criminalidade se apresenta como alternativa para as crianças das elites, que não trabalham. Pois estas estão desfrutando do melhor que a infância pode trazer: estudar, brincar, aprender e se tornar um bom cidadão. A criança que trabalha, não se prepara para ser tornar um cidadão pleno, mas apenas perpetua o ciclo vicioso de pobreza e baixa escolaridade. (CUSTODIO, 2009)

Somando-se a ideia de que o Estado não deve intervir nas relações do trabalho, muitas crianças ficam à mercê dos interesses adultos do capital, pois como seres indefesos nada podem fazer.

Por fim, há uma clara diferença que deve ser feita, entre a realização de tarefas e trabalho. A tarefa pode ser muito bem executada no espaço doméstico para contribuir com o processo de socialização das crianças e adolescentes no âmbito familiar. A tarefa é compatível de acordo com as condições físicas, psicológicas do ser em desenvolvimento. O trabalho infantil, inibi o desenvolvimento, e como veremos adiante e consoante a isso impende a criança de estudar, brincar, e de realizar formação social da mente que está em desenvolvimento, para realizar atividades que eram para ser de adultos.

3.2 Causas do trabalho infantil no campo.

No meio rural tem-se um traço cultural muito forte e conservador em relação a escola. Grande parte das famílias não percebem a utilidade da escola na formação de seus filhos, vendo a escola como uma mera reprodução de conhecimentos teóricos, e que não auxilia na vida como um todo. Soma-se a isso com o insucesso escolar, e a grande diferença entre os conhecimentos adquiridos no campo e os adquiridos na escola com a proposta curricular. Há também o cansaço causado pelas longas horas da jornada de trabalho agrícola. A falta de atratividade escolar é um primeiro resquício para a exploração do trabalho infantil no campo.

Outro fator muito presente na evasão escolar que leva as crianças ao trabalho são as épocas de colheitas e plantio. Como são épocas de suma importância para o seio familiar num todo pois dali sairá a renda, a criança e o adolescente acabam



faltando a escola para ajudar em casa no plantio ou colheita, que se faz um trabalho mais árduo e permanente.

Quanto as causas econômicas, a especificidade do trabalho infantil no campo, está intrinsicamente relacionada ao trabalho que se realiza no seio familiar. Junto da necessidade de colaboração para toda família e a necessidade de ajudar nos rendimentos familiares. Todavia culpar a família pela utilização do trabalho infantil não se mostra adequado, pois os adultos também estão inseridos em um processo de exploração de excesso de trabalho. Tais condições a competitividade para atuar no mercado.

Karl Marx (2010, p.108) sobre o estranhamento do trabalho e propriedade privada afirmou:

[...] à propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso (objeto) se o temos, portando, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim usado. Embora a propriedade privada apreenda todas essas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como *meios de vida*, á qual servem de meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização. O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido de ter. A esta absoluta miséria tinha de ser reduzida a essência humana, para com isso trazer fora de si sua riqueza interior.

Marx sintetiza a questão da propriedade privada e o fator econômico e sua influência direta no ser. O autor classifica nos manuscritos econômicos filosóficos, tais fatores como “estranhamento”, ou seja, a atividade se coloca como um obstáculo que não se realiza com as potencialidades humanas. Sua organização por meio da propriedade privada inibi o desenvolvimento humano. Acaba assim virando um ciclo vicioso: por meio do estranhamento da propriedade privada, os pais provavelmente foram trabalhadores infantis, que passam isso a seus filhos, que passaram por sua vez a seus respectivos filhos (MARX,2010)

4. Trabalho infantil doméstico e suas particularidades: patriarcado.

A família é o espaço onde se dá a reprodução da força de trabalho, que tem como base o trabalho doméstico (Lira, 2016). Na família se reproduz os suportes ideológicos, morais e simbólicos da dominação e exploração de classe e sexo. Dentro da família a mulher cumpre tanto uma função reprodutora biológica e das



relações sociais. Essas relações se determinam pelos interesses da sociedade e do Estado. A família, portanto, se constrói num modelo de sociedade Estado.

O ser social é o responsável pelas transformações da sociedade, entretanto permanece nele o ser natural. Se o ser social tem um fundamento biológico, o gênero deve ser incorporado a sua análise, e neste sentido o ser social se faz compor por relações de gênero (Lira, 2016). A construção ideológica do conceito de patriarcado foi elaborada em função dos interesses da burguesia, e se institucionalizando as ideias imprimiu a mulher como lugar de espaço privado a sua condição como aquele que deve ser domesticada. Tais ideias levaram a redefinição dos papéis masculinos e femininos na sociedade, alterando o lugar de cada um na estrutura de produção e reprodução. Assim, os valores culturais construídos socialmente a partir dos processos históricos foram apropriados para atender a interesses econômicos (Lira, 2016).

Diante do exposto é possível perceber que é difícil fazer uma análise econômica do trabalho doméstico, sem que se leve em consideração os elementos culturais e sociais que o tema envolve. (...)O trabalho doméstico é um dos elementos de maior opressão nas relações sociais de gênero na sociedade e se faz destacar como uma das mais importantes bandeiras no movimento em defesa do direito à igualdade entre homens e mulheres. A busca pela igualdade na distribuição dos afazeres domésticos trata-se de uma das mais importantes reivindicações na luta contra a dominação das mulheres e pela emancipação feminina. (LIRA, 2016, p.52-53)

O patriarcado se mostra como primeira característica fundamental do trabalho infantil doméstico em sua totalidade. Aonde cabe a mulher o papel de produzir, reproduzir força de trabalho a ser vendida ao capital.

O trabalho infantil doméstico em regime de “conciliação” se caracteriza quando a criança ou adolescente tem de conciliar suas obrigações domésticas na própria família, e um serviço remunerado, não sendo necessariamente doméstico. O regime de “conciliação” mostra como os mecanismos do capital definem os processos de superexploração da classe trabalhadora empurrando crianças e adolescentes não somente ao trabalho remunerado, mas fazendo assumir a duplicidade de obrigações no processo de reprodução da classe trabalhadora. Em uma contribuição que é importante para família, maior a inserção de membros nessa realidade, maior sua pauperização. (LIRA, 2016).



Já o trabalho infantil doméstico sobre o regime de “delegação” se caracteriza pela realização integral de afazeres domésticos, podendo ser no seio familiar ou para terceiros. Podendo ser realizado de forma gratuita ou forma remunerada, este tipo de trabalho se caracteriza pela dupla jornada de trabalho sobrecarregando muitas vezes as mulheres. (LIRA, 2016).

O trabalho em regime de co-responsabilização se define pelo trabalho infantil doméstico realizado no dia a dia para própria família de forma gratuita. Se caracteriza por um regime de impor as crianças e adolescentes a divisão dos afazeres domésticos por meio de um processo de aprendizagem e disciplinamento para o trabalho. Desencadeia assim uma suposta transferência de responsabilidade da mãe para a menina mais velha. As crianças e adolescentes que iniciam no regime de corresponsabilização podem vir a progredir para o regime de “conciliação” ou de “delegação”, que estas por sua vez não se dão de forma exclusiva. A depender dos rendimentos da família e pela extensão da jornada da mulher adulta o trabalho infantil doméstico vai se inserindo na realidade dos lares brasileiros. (LIRA, 2016)

David Havery tratando sobre capital e trabalho falou:

A consequência é que o trabalho social –trabalho que fazemos para os outros- é transformado em trabalho social *alienado*. Trabalho e mão de obra são organizados exclusivamente em torno da produção de valores de troca de mercadorias que geram o retorno monetário sobre o qual o capital constrói seus poderes sociais de dominação de classe. Os trabalhadores, em suma, são colocados numa posição em que podem fazer nada, exceto reproduzir pelo trabalho as condições de sua própria dominação. Para eles, esse é o sentido de liberdade sob o domínio do capital. (HARVEY, 2016, 68)

As crianças e adolescentes submetidas a esse sistema nada podem fazer, apenas aceitar. Sua característica peculiar de pessoa em desenvolvimento e dependente do adulto não lhe oferece outras alternativas. O domínio do capital vem incidir sobre todas as facetas da vida começando pelos mais frágeis, e não põe limites a sua exploração. O trabalho infantil doméstico mostra a face do capital na sua forma mais desumana: na invisibilidade do lar.

5. Consequências do trabalho infantil sobre a criança e adolescente.

A palavra latina de infância está ligada a característica daquele que não fala ou tem sua ausência da fala. Essa característica peculiar remete então a seres que estão em seu desenvolvimento, ou então estão na sua formação física, psíquica,



social. Aqui se abordar-se-á as consequências do trabalho infantil, tratando de algumas particularidades, como se verá abaixo.

Não é desconhecido que as crianças e adolescentes estão na sua fase peculiar de pessoa em desenvolvimento. O trabalho infantil acarreta consequências complexas, seja na saúde ou que se compreende fisicamente das crianças (resistência física, audição, coordenação (estão na sua fase de desenvolvimento motor etc.)); no seu desenvolvimento intelectual, na sua alfabetização, pois muitas vezes se mantém longe da escola e não há tempo para o estudo; torna as crianças mais rígidas, pois tira sua fase mais dócil e amorosa, os tornando adultos antes do tempo.

Em geral, são crianças muito pobres e de condições de vida deficitárias na alimentação, higiene que soma a trabalhos em locais de estrutura inadequadas, ou instalações, na qual não estimula seu desenvolvimento ou se faz de forma deficitária. Tende assim a causar um maior número de doenças infanto-juvenil, como bronquite e tuberculose, que embora não sejam doenças causadas pelo trabalho em sim, mas são causadas pelo conjunto de deficiências na qual se encontra. Com sua fragilidade natural exposta a esses riscos, pode ainda causar dores de cabeça, resfriados.

No trabalho rural se realiza ao ar livre ficando expostos as condições climáticas árduas, aonde não provém de proteção necessária como protetor solar, se desidratando, e também há um grande risco de entrar em contato com animais peçonhentos.

Custódio e Veronese (2007) complementam:

Uma das características mais visíveis da infância são as atividades lúdicas. A espontaneidade, a liberdade e a ausência de controle rígido estimulam o processo de desenvolvimento harmônico. A criança trabalhadora é compelida a bloquear esses impulsos naturais, que ao longo do tempo atenuam-se, até praticamente desaparecer. A criança passa a se auto reconhecer como um trabalhador e, portanto, um adulto, prejudicando sua própria identidade infantil, visto que, neste contexto, o ser criança é anulado, pois é na atividade laboral submetida a regras, silenciada. Outro aspecto importante da psicologia infantil é a fantasia. Como no mundo do trabalho não existe espaço para o seu exercício, a fantasia vai desaparecendo da vida mental da criança trabalhadora.

No trabalho infantil doméstico sendo um trabalho “invisível” dentro do lar, rouba a autonomia das crianças, pois vai passando as responsabilidades dos adultos para as crianças.



6. Caminhos para erradicação do trabalho infantil.

Os caminhos para erradicar o trabalho infantil são complexos, e as vezes de difícil execução. Pois tal como diria Marx: “Os homens fazem a própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. ” (Marx, 2015, p. 25). As crianças e adolescentes exploradas não fazem as circunstâncias que lhes foram impostas, as pessoas reproduzem a empiria do dia perpetuando um ciclo, cabe então aos interesses adultos acabar com esse mal.

6.1 as contradições do Capitalismo.

Todos sabemos que o capitalismo é um sistema repleto de contradições. Marx já nos alertava sobre isso há muito tempo desde o capital. David Harvey tratou de falar de tais contradições. Uma das contradições que lista o renomado teórico é sobre o valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro. Harvey define o valor como relação de trabalho entre as pessoas, da relação por exemplo nossa de quem escreve este artigo, com você leitor. O valor toma representação material pelo dinheiro. Para Harvey:

Numa sociedade complexa, como esta que o capital construiu, dependemos do trabalho dos outros para obter todos os valores de uso que precisamos para viver (...) podemos dizer desde já que o dinheiro é inseparável do trabalho social que constitui o valor, mas também é distinto dele. O dinheiro esconde a imaterialidade do trabalho social (valor) por trás de sua forma material. É muito fácil confundir a representação com a realidade que ele tenta representar e, na medida em que a representação é mentirosa (como sempre é, em certo sentido), acabamos acreditando em algo que é falso e atuando sobre ele. Da mesma maneira que não podemos ver o trabalho social em uma mercadoria, o dinheiro que a representa nos torna particularmente cegos para a natureza do trabalho social. (HARVEY, 2016, p.34-37)

Isso nos remete aos mitos que rodeiam o trabalho infantil. A criança e a adolescente têm de vender sua força de trabalho ao capitalista que para baratear a produção e aumentar seus lucros o aceita, o tornando isso como algo natural.

No mito que diz “que é melhor trabalhar que ficar ocioso”, ou que vai a vir se marginalizar e assim deve trabalhar, se cega a representação do trabalho. Pois em tese aquele que deixa a ociosidade, vai ganhar o seu próprio dinheiro (salário) e



estará fazendo um bem a si mesmo. O que é uma grande contradição: no trabalho infantil do campo geralmente se realiza em seio familiar; o trabalho infantil doméstico também no seio familiar, responsabilizando muito cedo a criança. Há de se ressaltar que Harvey entende trabalho social, como aquele realizado para os outros, encaixando-se perfeitamente o tema do trabalho infantil na análise.

Está relação de que devemos fazer um trabalho a outro e assim receber algo em troca, Harvey, classifica como contradição fundamental do capitalismo. Tornando-se assim um empecilho direto na urgente luta para erradicar o trabalho infantil.

Harvey coloca a divisão do trabalho como mutável pois na grande construção histórica do capital (aqui vale a ressaltar que as diferenças entre capital e capitalismo se dá pelo fato de o capital ir se desenvolvendo ao longo da história, não sendo algo específico do capitalismo. O capitalismo por sua vez englobou o sistema de capital incorporando alguns elementos, formando um sócio metabolismo) ele reconfigura radicalmente para seus propósitos, uma vez que está sempre em revolução constante.

Durante muito tempo por exemplo as tarefas eram divididas em gênero: determinadas tarefas eram consideradas mais “naturais” para as mulheres, tanto por dedos ágeis, ou até mesmo um temperamento mais submisso. A divisão mundial e o mundo do trabalho passaram por uma feminização o que gera efeitos diretos sobre o trabalho doméstico e o trabalho infantil doméstico:

O fato que houve uma feminização mundial tanto do trabalho mal remunerado quanto da pobreza mostra claramente que (...) a questão de gênero também motivou amplos debates sobre o papel que se deve atribuir ao trabalho doméstico, em oposição ao trabalho assalariado. Embora essa questão seja importante dentro do capitalismo e, sem dúvida, gere muitas crises pessoais nas famílias, ela teve um impacto muito pequeno no desenvolvimento do capital, exceto no que se refere a uma antiga tendência geral de ampliar o mercado pela mercantilização das tarefas domésticas (como cozinhar, limpar, lavar o cabelo e fazer as unhas). A campanha por salário por salário para o trabalho doméstico parece, em todo caso, seriamente desviada de uma perspectiva anticapitalista, por que apenas aprofunda a penetração da monetização e da mercantilização na intimidade da vida cotidiana e não usa o trabalho doméstico para tentar desmercantilizar o máximo possível as formas de provisão social. (HARVEY, 2016, 113)

Para Harvey a luta e o debate de gênero não assumiram um caráter anticapitalista. Como descrito, a divisão do trabalho e a feminização do mundo do trabalho geraram crises no meio familiar, ou seja, no patriarcado. As lutas feministas



ao redor do mundo, as lutas por igualdades abalam a estrutura do capital, mas não de forma a derrotar. Para Harvey isso se dá por uma onda pós-moderna de crítica. Ao invés de a crítica ser para mostrar como as coisas poderiam ser, mas não são, apenas ajudaram o capital na sua estrutura fazer mutações da divisão do trabalho doméstico, o tornando mercantil e monetizado.

Essa mercantilização e monetização do trabalho infantil doméstico se dá justo nas análises anteriormente citadas neste trabalho. Aonde as crianças e adolescentes têm de se submeter muitas vezes a dois trabalhos, um em sua própria casa e um na casa de um terceiro. No regime de co-responsabilização por exemplo quando a mãe passa as tarefas para a filha mais velha, vem incidir diretamente o patriarcado. A necessidade de a mãe ter um trabalho fora e passar essa responsabilidade (não queremos dizer aqui que a mulher não deva trabalhar) para a filha mais velha, mostra outras facetas do capital: uma família pobre sem condições de ter os filhos em uma escola, uma mãe que tem de trabalhar muito para sustentar a casa, o que acaba virando um ciclo vicioso e invisível e assim gera uma gama de empecilhos contra a erradicação do trabalho infantil doméstico em si.

6.2 caminhos para erradicar o trabalho infantil: ideias para uma prática política.

O Estado é o responsável direto e fiscalizador do trabalho infantil e responsável por erradicar o trabalho infantil. Mostramos algumas contradições do capital que se ligam diretamente ao trabalho infantil e uma nova emenda à constituição que hoje vigora que limita os gastos públicos e consoante limitará os caminhos para a erradicação do trabalho infantil. Para tanto, aqui se propulsará ideias para uma prática política que podem ajudar diretamente a erradicação do trabalho infantil e trazer emancipação as nossas crianças e adolescentes.

As lutas são complicadas e muitas vezes ferozes, mas podemos trilhar alguns caminhos: acreditamos que o capital está na direção errada e cheio de caminhos, pode-se começar por aí. A questão que incide diretamente ao trabalho infantil em si, é a necessidade iminente de se eliminar a necessidade da reprodução do si, ou seja, a reprodução de trabalho por crianças e adolescentes com a unidade familiar e da comunidade. De modo que o trabalho social gradualmente não seja monetizado e alienado e o trabalho seja comum e familiar.



Consoante a essa luta, devemos lutar por um mundo que todos tenhamos o mesmo direito a educação, habitação, saúde, segurança alimentar etc. para garantir base material de forma que não haja carências e nos de liberdade e movimento. Essas lutas é claro não podem estar separadas de todas as outras, devem se unir de forma a buscar a transformação social. Buscar levar sempre estas ideias a todos, de modo a se construir coletivamente a luta. Pois com a efetivação dessas lutas, podemos eliminar o trabalho infantil e acabar com grandes ciclos viciosos que se reproduzem na sociedade do capital.

Fazemos essa menção para que se aprofunda o debate das contradições do trabalho infantil, bem como para buscar sua erradicação.

7. Considerações finais.

A abordagem histórica faz-se necessário para compreender a complexidade do tema trabalho infantil. Tomando como fontes teóricas através do marxismo para entender melhor os mitos e as causas do trabalho infantil, pode-se chegar à conclusão que o sistema do capital é responsável pelas desigualdades e causa direta do trabalho infantil, seja através de contradições mutáveis ou contradições fundamentais. O que há de tarefa a nossa frente é superar as contradições do capitalismo como forma de superar também o trabalho infantil.

Assim, no contexto das violações históricas dos direitos da criança e do adolescente, a exploração do trabalho infantil ainda se apresenta como modalidade persistente, apesar dos avanços nos indicadores de desenvolvimento humano e social verificados nas últimas décadas. Daí a importância do aprimoramento do arcabouço jurídico nacional e internacional de proteção contra a exploração do trabalho infantil no marco da proteção integral diante das múltiplas vulnerabilidades produzidas pelos processos de exclusão econômica na sociedade contemporânea.

Ainda assim, o permanece o desafio de articulação de um sistema integrado de prevenção e erradicação do trabalho infantil que congregue ações e responsabilidades da rede de atendimento e proteção inseridos na agenda das



políticas públicas como questão prioritária e que estejam amparados por instrumentos de gestão intersetorial com vistas a interromper e erradicar a violação de direitos de crianças e adolescentes exploradas no trabalho infantil.

REFERÊNCIAS

CUSTÓDIO, André Viana e VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil: a negação de ser criança e adolescente no Brasil**. Florianópolis, OAB editora, 2007.

CUSTÓDIO, André Viana. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil: limites e perspectivas para sua erradicação**. Tese (Doutorado em Direito). Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CUSTODIO. Andre Viana. Josiane Rose Petry Veronese. **Crianças esquecidas: A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009.

DEL PRIORE, Mary.(ORG) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1999 - 2000. 444 p

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel: a infância e adolescência e os Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: editora Ática, 2004.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2016.

LEME, Luciana Rocha. **Políticas públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil no campo**. Dissertação de mestrado – UNISC, 2012.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz. **O sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera de reprodução social nas economias periféricas dependentes**. Tese de doutorado – UFPE, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, Boitempo, 2015.

SOUZA, Ismael Francisco de. **A erradicação do trabalho infantil e as responsabilidades do conselho tutelar no município de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SOUZA, Ismael Francisco de. **O reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): estratégias para concretização de políticas públicas socioassistenciais para crianças e adolescentes no Brasil**. Tese (Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/1304>>. Acesso em: 16 nov. 2016.